

Mercosul e o bloco no poder no Brasil e na Argentina

TATIANA BERRINGER* E LEONARDO GRANATO**

Introdução

O objetivo deste artigo que integra o dossiê “Para onde vai a América Latina?” é analisar a relação entre os Estados e os interesses de classes e frações de classe no Brasil e na Argentina no que tange ao Mercosul, um dos principais processos de integração do subcontinente. O bloco completou em 2021 trinta anos, e tem sua breve história atravessada por crises, conflitos, instabilidades e diferentes modelos de regionalismo adotados. Neste artigo, buscamos demonstrar que os processos de integração regional em geral, e os modelos adotados no Mercosul em particular, dependem das frações hegemônicas no bloco no poder, em especial, dos principais Estados-membros, e da relação destes com o imperialismo.

O Mercosul foi concebido nos anos 1990, quando o neoliberalismo foi implementado no Brasil e na Argentina, e estava inscrito dentro da Iniciativa para as Américas. Mas, o impacto negativo do neoliberalismo, as crises econômicas no Brasil e na Argentina e os novos governos trouxeram um novo ar nos anos 2000 e houve um “relançamento do bloco”. E com o fim da chamada “onda rosa”, a eleição de Mauricio Macri e o golpe no Brasil em 2016, o bloco retomou o perfil neoliberal e de subordinação passiva ao imperialismo, suspendendo o Estado venezuelano em 2017 e firmando o acordo Mercosul-União Europeia em 2019.

* Professora de Relações Internacionais da UFABC e editora da Crítica Marxista. E-mail: berringer.tatiana@ufabc.edu.br

** Professor do curso de Administração Pública e Social e dos Programas de Pós-graduação em Ciência Política e de Políticas Públicas na UFRGS. Email: granato.leonardo@gmail.com

Analisaremos essa dinâmica à luz dos conflitos de classes nos dois principais parceiros do bloco a fim demonstrar que a integração regional no capitalismo é um processo instável, contingente e atravessado por conflitos sociais. Para isso, dividimos a história do Mercosul em três fases: a primeira referente ao regionalismo aberto, que vai de 1991 a 2001; a segunda referente ao regionalismo multidimensional, que vai de 2001 a 2011; e a terceira, referente ao retorno do regionalismo aberto, que vai de 2011 a 2022. Como será discutido na primeira e na terceira fases predominou a hegemonia ou a força política das burguesias associadas no Brasil e na Argentina, enquanto na segunda fase as burguesias internas com apoio de setores populares dirigiram os interesses dos dois Estados.

O Mercosul comercial, neoliberalismo e burguesia associada (1991-2001)

A gênese do Mercosul remete às iniciativas de aproximação bilateral do Brasil e da Argentina em meados da década de 1980, em um contexto de recessão mundial e da democratização do Cone Sul. Em 1985 ambos os Estados assinaram a Declaração de Iguazu, que marcou um ponto de inflexão na relação bilateral, bem como do ponto de vista da integração em si mesma. As relações em eixo entre Brasil e Argentina (Bandeira, 1987) estabeleceram as bases para a criação gradual de um mercado comum que visava contribuir para o desenvolvimento regional e para o aumento da margem de manobra dos Estados na cena política internacional (Granato, 2015).

Mas nos anos 1990, em meio à ofensiva imperialista e a eleição de governos neoliberais no Brasil e na Argentina, a hegemonia do bloco no poder¹ passou para o grande capital financeiro nacional e internacional,² levando a uma reorientação da política de integração regional, abandonando os protocolos setoriais de cooperação da década anterior. Da referida reorientação, que se cristalizou na Ata de Buenos Aires de 1990 e, posteriormente, na aprovação, em parceria com Uruguai e Paraguai, do Tratado de Assunção, de 1991, originou-se o Mercosul, que pautava as condições para o trânsito até um mercado comum a ser formado entre os quatro países.³

Em conformidade com a lógica neoliberal, a nova estratégia de regionalismo aberto para a América Latina definida pela Comissão Econômica para América Latina (Cepal, 1994), a integração no Cone Sul passou a ser pautada pelos objetivos de liberalização comercial e desregulamentação financeira pregados pelos Estados

1 O conceito de bloco no poder, cunhado por Poulantzas (2019), refere-se à articulação contraditória das classes dominantes e frações de classe sob a hegemonia de uma dessas.

2 Estamos fazendo aqui referência à chamada burguesia compradora ou associada que, conforme definido por Poulantzas (1978), sem base própria de acumulação e economicamente dependente do capital imperialista, trata-se de uma fração aliada às potências hegemônicas.

3 O referido trânsito implicava a livre circulação de bens e fatores produtivos; um programa de liberalização comercial, eliminação das barreiras não tarifárias e estabelecimento de uma tarifa externa comum (doravante, TEC) etc.

Unidos, e que atendiam, essencialmente, aos interesses das burguesias associadas brasileira e argentina (Boito Jr., 2018). Entretanto, amplos setores da burguesia interna apoiaram inicialmente a construção do Mercosul sob o ideário neoliberal por entender que o referido bloco buscava atender, também, aos seus interesses. A partir do “Programa de Ação do Mercosul até o ano 2000”, aprovado mediante Decisão n. 09/1995 do Conselho do Mercado Comum (CMC), passou a vigorar, no período em tela, um “Mercosul dos negócios”, nas palavras de Katz (2006), restrito a uma agenda econômico-comercial e gerido mediante uma institucionalidade mínima.

Sob a perspectiva de potencializar as vantagens comparativas, o que se teve, de fato, foi um Mercosul no qual as grandes beneficiárias pela ampliação dos mercados e pelas reduções alfandegárias foram as grandes corporações multinacionais estabelecidas, principalmente, no Brasil e na Argentina, as maiores economias do bloco (Gambina, 2005). Foi, neste contexto, que os setores hegemônicos do grande capital financeiro, a despeito das insatisfações de frações da burguesia interna – como a industrial, principalmente (Berringer, 2015) –, investiram *desde arriba*, nos termos de Kan (2015; 2016), na consolidação do Mercosul enquanto etapa preparatória para o ingresso da região na proposta estadunidense de integração hemisférica da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), lançada na Cúpula das Américas de Miami, em dezembro de 1994, e que reativava, sob novas roupagens, a já mencionada Iniciativa para as Américas de 1990.

Entretanto, as contradições no interior do bloco no poder no Brasil e na Argentina, a intransigência do governo estadunidense nas negociações, e os impactos regressivos do modelo neoliberal que não tardaram em se fazer sentir em cada um dos países e na região como um todo, sentaram as bases, ao final dos anos 1990, para um posicionamento maior das burguesias internas contra o acordo da Alca, expresso na Coalizão Empresarial Brasileira e no Fórum Empresarial, na Argentina (Berringer, 2015; Kan, 2015). Evidenciou-se que as burguesias internas brasileira e argentina passaram a perceber a importância do Mercosul para o comércio regional e viram a proposta dos EUA como uma ameaça aos mercados e investimentos locais, dadas as dificuldades de competitividade. Com isso, essas frações passaram a ter uma posição contrária à Alca, que foi aprofundada com o impacto da crise cambial no Brasil, em 1999, e o agravamento da crise econômica, política e social da Argentina nos anos 2000 e 2001, levando às sucessivas quedas presidenciais. Assim, nesse quadro, a rejeição das burguesias internas às propostas dos Estados Unidos e as ideias de recomposição e de “relançamento” do Mercosul podem ser verificadas. Isso convergiu com a luta popular contra a Alca que envolveu diversos movimentos populares, o sindicalismo e partidos de esquerda em uma campanha continental.

O Mercosul ampliado, neodesenvolvimentismo e burguesia interna (2001-2011)

Em 2002 e 2003, as eleições no Brasil e na Argentina garantiram a vitória de presidentes comprometidos com as agendas de reforma do neoliberalismo, pau-

tadas em políticas de desenvolvimento econômico e social que visavam alterar a hegemonia do capital financeiro e das burguesias associadas no bloco no poder. No caso brasileiro, a ascensão de Lula da Silva à presidência expressou a vitória da frente neodesenvolvimentista, dirigida pela grande burguesia interna⁴ com apoio das classes populares (Boito Jr., 2005). No caso do governo Kirchner, na Argentina, a grande burguesia interna logrou melhorar a sua posição no interior do bloco no poder e seus interesses passaram a ser priorizados pelo Estado *vis-à-vis* a implementação do modelo de acumulação com matriz diversificada e inclusão social (Boito; Rojas, 2008; Piva, 2015; Granato, 2015).

Na cena política internacional havia um novo contexto que contribuiu para essa mudança política na região. Diversos governos progressistas, comprometidos com a reforma ou ruptura do neoliberalismo, foram eleitos na América do Sul. Além disso, a ascensão da economia chinesa contribuiu para o aumento das exportações de *commodities* da região. Assim, diante deste quadro, os rumos da integração regional passaram a ser pautados sob uma perspectiva multidimensional (Granato, 2015). De fato, o regionalismo passou a ser uma prioridade das políticas externas brasileira e argentina reorientadas pela busca por maior margem de manobra dos Estados na cena política internacional e por servir aos programas neodesenvolvimentistas. A rejeição à proposta da Alca e ao neoliberalismo ortodoxo impulsionado pelos Estados Unidos, bem como o apoio do Estado na proteção seletiva do mercado interno e a busca de mercados para exportação e a internacionalização de grandes empresas foram ações das referidas políticas externas que melhor atenderam aos interesses das burguesias internas. Isso evidenciou uma postura conflituosa em relação ao imperialismo, ainda que a dependência ou a subordinação não tenham sido rompidas (Berringer, 2015; Granato, 2020).

Diferente do modelo pautado pelo regionalismo aberto da década anterior, a nova perspectiva de regionalismo – cristalizada no Consenso de Buenos Aires e no Plano de Trabalho 2004-2006, ambos de 2003 – propunha um arranjo ampliado de articulação em questões de políticas públicas não apenas de cunho econômico-comercial, mas também de ordem produtiva, política e social. O novo modelo de integração proposto pelo eixo argentino-brasileiro, que contestava os interesses estadunidenses na região, tornou-se a pedra de toque para a reformulação do Mercosul (Granato, 2015). E colocou em evidência, fundamentalmente, o interesse das burguesias internas brasileira e argentina em, nos termos de Merino (2017), assegurar espaços de acumulação e de poder no capitalismo dependente. Afinal, ainda que se tratando de sociedades estrutural e organicamente dependentes, esperava-se que, na conjuntura histórica específica, o regionalismo ampliado contribuísse para a obtenção de margens de ação ou de manobra externa e internamente.

4 Estamos aqui nos referindo àquela que, segundo Poulantzas (1978), apesar de possuir bases próprias de acumulação ainda é dependente do capital imperialista, sem conseguir romper sua dependência em relação a ele.

Os resultados do novo modelo que se traduziram, ao longo da década, não apenas em um crescimento expressivo do comércio intrabloco, mas, também, no impulsionamento de diversas iniciativas de integração produtiva;⁵ na criação do Fundo de Convergência Estrutural; na criação de esferas institucionais tais como o Parlamento do Mercosul, o Instituto Social, o Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos, a Alta Representação-Geral do Mercosul e a Unidade de Apoio à Participação Social; assim como na articulação estratégica com outros países sul-americanos, com destaque para a Venezuela. Destaca-se nesse processo a criação das Cúpulas Sociais que garantiram a participação dos movimentos populares e do sindicalismo no processo mercosulino.

A ofensiva conservadora e o retorno ao regionalismo aberto (2011-2022)

Após a crise econômico-financeira mundial de 2008, o encerramento do ciclo das *commodities*, e a nova posição da China na economia política internacional, a demanda e os preços das matérias-primas exportadas por países como Brasil e Argentina foram afetadas, com isso alterou-se o quadro de favorecimento das burguesias internas, beneficiadas pela política de superávits na balança comercial e estímulos à exportação. A economia argentina também foi duramente afetada pela cobrança da dívida externa em 2011, enquanto o Estado argentino impunha barreiras comerciais aos produtos brasileiros. Além disso, os Estados Unidos partiram para uma posição de ofensiva contra os governos progressistas e populares na América Latina, contribuindo para as crises políticas, golpes de Estado e novas eleições, sendo o golpe do Paraguai em 2012 o primeiro caso de sucesso dessa estratégia imperialista.

No caso do Brasil, a crise política deflagrada no segundo mandato de Dilma Rousseff, que culminou no golpe de 2016, teve na reconfiguração do bloco no poder seu núcleo central (Boito Jr., 2018). Agora sob hegemonia do grande capital financeiro nacional e internacional, a grande burguesia interna evidenciou mais uma vez seu caráter pendular (Martuscelli, 2014), passou não só a apoiar o processo de *impeachment* da presidenta Dilma, mas também a defender as plataformas dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro alinhadas à política econômica neoliberal ortodoxa, que passou a defender uma nova política de integração regional (Berringer, 2017).

Entretanto, as alterações no bloco no poder não se restringiram ao Brasil. Meses antes do golpe contra Dilma e a posse de Michel Temer, o empresário Mauricio Macri foi eleito na Argentina com um programa neoliberal, encerrando-se, assim, ainda que por pouco tempo, o ciclo kirchnerista no país. De acordo com Forster

5 Entretanto, mostraram-se frágeis perante os conflitos entre as burguesias internas brasileira e argentina, em função da falta de complementaridade, da carência de políticas industriais comuns e de se registrarem, com exceção do setor automotivo, fortes desequilíbrios comerciais a favor do Brasil. Expressão institucional do referido conflito de classe foi a criação, no âmbito bilateral, do Programa de Adaptação Competitiva (PAC), em 2006.

(2016), uma “nova direita” adaptada às demandas da época da financeirização ascendeu ao poder governamental, refletindo uma nova aliança da burguesia interna com o grande capital financeiro internacional.

Nesse novo contexto de restauração conservadora no continente e de renovado vigor do ideário neoliberal (Merino, 2020), em ambos os países as políticas externas de “subordinação passiva” com o imperialismo estadunidense (Berringer, 2015), passaram a ganhar destaque. No que diz respeito ao Mercosul, a retomada da noção de regionalismo aberto tornou-se um imperativo para o bloco se “inserir” nos fluxos comerciais internacionais, principalmente frente às exigências da estratégia global de segmentação produtiva adotada pelas empresas transnacionais, as chamadas “cadeias globais de valor”, a cuja dinâmica, segundo a nova perspectiva hegemônica, o bloco mercosulino deveria se sujeitar e acomodar.

Se bem houve alguns avanços em matéria social e de parcerias estratégicas ainda podem ser verificados entre 2011 e 2016, que corroborariam a tentativa de, no referido período, dar continuidade aos esforços de adensamento de um Mercosul multidimensional de caráter mais amplo (Granato, 2021), já a partir de 2016, o retorno para o modelo do regionalismo aberto, em defesa de um foco eminentemente comercial da integração e subordinada às grandes potências, adquiriu contornos claros. As evidências que indicam a referida retomada são a decisão relativa à suspensão da Venezuela do Mercosul; as pretensões de “flexibilização” da TEC e de revogação da Decisão CMC n. 32/00;⁶ as medidas de enxugamento da arquitetura institucional do bloco; e a conclusão das negociações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE).

O primeiro aspecto da mudança de paradigma no Mercosul, a partir de 2016, refere-se ao desmonte da expansão do Mercosul para o resto da América do Sul e da política de cooperação e busca de maior margem de manobra dos Estados em relação ao imperialismo. Nesse sentido, os Estados-membros do Mercosul decidiram suspender o Estado venezuelano do bloco e declararam guerra ao governo de Nicolás Maduro, aliando-se e até mediando a estratégia política dos Estados Unidos para a região.

Com relação ao segundo ponto, relativo às medidas de enxugamento da institucionalidade do bloco, houve a retomada do ideário gerencialista, que moldou o bloco durante a primeira década. A proposta de retornar a um Mercosul minimalista, com uma estrutura institucional pautada pelos objetivos comerciais do bloco, viu-se refletida nas Decisões CMC n. 6 e 30, de 2017, e n. 19 de 2019 mediante as quais previu-se a revisão da estrutura institucional, a supressão do cargo de Alto Representante-Geral do Mercosul e da Unidade de Apoio à Participação Social.

6 Tal normas estabelece, em seu art. 1º, “o compromisso dos Estados Partes do Mercosul de negociar de forma conjunta acordos de natureza comercial com terceiros países ou blocos de países extrazona nos quais se outorguem preferências tarifárias”.

Por fim, os outros dois pontos levantados estão ligados à inserção do bloco na economia internacional. Nesta última década em questão, a expressiva diminuição do comércio intrabloco – em função, principalmente, das crises econômicas do Brasil e da Argentina, bem como de uma maior presença chinesa na região –, e o espelhamento em integrações comercialistas como a da Aliança do Pacífico (Merino, 2017), colocaram em discussão a pertinência de o Mercosul se manter no caminho de aspirar a constituir um mercado comum, ou o questionamento de se seria mais conveniente voltar ao estágio mais precário de mero acordo de livre comércio, sem a TEC, sem regras de negociação conjunta com terceiros países e, fundamentalmente, de inserção externa dependente. A Decisão CMC n. 32/00, que garante a referida negociação conjunta, veio sendo discutida, por exemplo, nos últimos anos, como um entrave às negociações comerciais entre a UE e o Mercosul, pelo menos até a assinatura do acordo inter-regional em 28 de junho de 2019, e que ainda aguarda ratificação dos parlamentos nacionais. A partir da convergência ideológica entre o governo Macri, na Argentina, e os governos Temer e Bolsonaro, no Brasil, a proposta de flexibilização do bloco apareceu com mais ênfase, sendo, o referido acordo com a UE, no período em tela, expressão não apenas de tal convergência ideológica, mas, também, dos interesses das burguesias associadas de ambos os países.

O acordo Mercosul-UE, aprovado em 2019 em reunião entre os dois blocos, esteve em negociação por mais de vinte anos. Segundo documento divulgado após a aprovação do acordo (UE, 2019), no comércio industrial a UE eliminará 100% das tarifas em dez anos e o Mercosul 91%. No comércio agrícola, o Mercosul liberalizará 96% do volume de comércio e 94% das linhas tarifárias, e a UE liberalizará 82% do volume de comércio e 77% das linhas tarifárias. O acordo permitirá ainda o acesso das empresas europeias no setor de serviços (telecomunicações, correios, serviços financeiros etc.), promoverá os investimentos produtivos e garantirá o acesso a contratos e compras governamentais, inclusive de obras públicas (permissão que nenhum outro parceiro da região tem), e a defesa da propriedade intelectual (direitos de autor, marcas comerciais etc.).

Cabe dizer, então, que o acordo comercial é mais amplo e profundo do que um tratado de livre comércio. Ao incluir investimentos, serviços, compras governamentais e propriedade intelectual, visa-se consolidar estrategicamente o neoliberalismo na América Latina por meio das privatizações dos serviços públicos e dos recursos naturais, da financeirização dos ativos e dos fundos de pensão, da abertura de compras e licitações públicas etc. Aprofunda-se com isso o modelo de Mercosul como regionalismo aberto em detrimento do regionalismo multidimensional da década anterior. Colocando em escanteio os interesses das classes populares que mantiveram posições contrárias ao acordo com a UE e a defesa de uma integração multidimensional.

Mas com a chegada do governo Fernández na Argentina, percebe-se um reposicionamento da burguesia interna que tem demonstrado resistência ao projeto de

regionalismo aberto e sendo contrária tanto à reforma da TEC, como a ratificação dos acordos Mercosul-UE e Mercosul-Coreia do Sul. No Brasil, apesar das críticas ao bloco, a burguesia interna também não apoiou a proposta de revisão da TEC do governo Bolsonaro.

Considerações finais

A história do Mercosul mostra como o regionalismo é um processo instável e contingente no modo de produção capitalista, e, em especial, nas formações sociais dependentes. Como tentamos demonstrar neste artigo, os processos de integração regional dependem das frações hegemônicas no bloco no poder, em especial, dos principais Estados-membros, e da relação destes com o imperialismo. Por isso, pode haver diversos modelos de regionalismo: o aberto, o multidimensional e até o anti-imperialista.

No caso do Cone Sul, observa-se a presença do capital externo no seio dos blocos no poder e dos regionalismos. E tudo indica que as burguesias internas do Brasil e da Argentina são as mais interessadas ou beneficiadas por arranjos que logrem defendê-las do capital externo e melhorar a sua capacidade de competição em relação a ele. Por isso, acabam defendendo a busca de maior margem de manobra do Estado e do Mercosul em relação ao imperialismo, como aconteceu no processo de rejeição à Alca. Os elementos internos podem contribuir para a convergência das posições das burguesias internas, levando a uma unidade (ainda que contraditória) entre os blocos no poder. No entanto, as burguesias internas são dependentes, elas não se interessam por posições políticas de ruptura com o imperialismo. Por isso, há um grande desafio para o avanço da integração produtiva e o desenvolvimento distributivo, que gere a integração não apenas entre as burguesias, mas especialmente, entre os trabalhadores e trabalhadoras camponeses/as.

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora da UnB, 1987.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.
- _____. A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016). *OIKOS*, vol. 16, n. 1, p.15-29, 2017.
- BERRINGER, Tatiana; BOITO JR., Armando. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e Política Externa nos Governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 47, p.31-38, 2013.
- BOITO JR., Armando. A burguesia no governo Lula. *Crítica Marxista*, n. 21, p.52-77, 2005.
- _____. *Reforma e crise política no Brasil: Os conflitos de classe nos governos do PT*. Campinas; São Paulo: Unicamp; Unesp, 2018.
- BOITO JR., Armando; ROJAS, Gonzalo. *Estado e burguesia no Brasil e na Argentina: os governos Lula da Silva e Néstor Kirchner*. Comunicação apresentada no VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2008.

- CEPAL. *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: La integración económica en servicio de la transformación productiva con equidad*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1994.
- FORSTER, Ricardo. *La repetición argentina*. Del kirchnerismo a la nueva derecha. Buenos Aires: Marea, 2016.
- GAMBINA, Julio C. *El MERCOSUR en los avatares de la lucha entre la liberalización y la liberación*. Comunicação apresentada no Seminário Internacional da REGGEN Cátedra, 2005.
- GRANATO, Leonardo. *Brasil, Argentina e os rumos da integração: O Mercosul e a Unasul*. Curitiba: Appris, 2015.
- _____. Mercosur, inserción subalterna y burguesías internas de Argentina y Brasil. *Izquierdas*, Santiago, [s./v.], n. 49, p.797-809, 2020.
- _____. Os trinta anos do Mercosul: apontamentos para um balanço. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, vol. 10, n. 19, p.9-29, 2021.
- KAN, Julián. Desde arriba y desde abajo. Gobiernos, clases dominantes y movimientos obreros y sociales en el rediseño de la integración latinoamericana. *Trabajo y Sociedad*, n. 26, p.193-224, 2016.
- _____. *La integración desde arriba*. Los empresarios argentinos frente al MERCOSUR y el ALCA. Buenos Aires: Imago Mundi; CICCUS, 2015.
- KATZ, Claudio. *El rediseño de América Latina: ALCA, MERCOSUR y ALBA*. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg, 2006.
- MARTUSCELLI, Danilo. Burguesia interna e capitalismo dependente: uma reflexão a partir dos casos argentino e brasileiro. *Crítica Marxista*, n. 47, p.55-74, 2018.
- MERINO, Gabriel. Giro neoliberal en Argentina y Brasil en los últimos años: periferalización, dependencia y desigualdad. *Realidad Económica*, n. 331, p.9-40, 2020.
- _____. Proyectos estratégicos e integración regional en América Latina. El surgimiento de la Alianza del Pacífico, el fortalecimiento del regionalismo abierto y el retroceso del regionalismo autónomo. *Relaciones Internacionales*, n. 52, p.17-37, 2017.
- PIVA, Adrián. *Economía y política en la Argentina kirchnerista*. Buenos Aires: Batalla de Ideas, 2015.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019.
- UE. *Novo acordo comercial UE-Mercosul*. 2019. Disponível em: <https://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2019/july/tradoc_158250.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Resumo

O artigo analisa os interesses das burguesias brasileira e argentina face ao Mercosul, buscando identificar os contornos do regionalismo e o papel do imperialismo. O artigo está organizado em três períodos: os anos 1990, o neoliberalismo e o regionalismo aberto; os anos 2000 e o “relançamento do bloco” e o regionalismo multidimensional; os anos de 2011 a 2020 (especialmente após 2016 com

o golpe de Estado no Brasil), que recolocaram o projeto de regionalismo aberto e subordinação passiva ao imperialismo.

Palavras-chave: Mercosul; burguesia; Brasil; Argentina.

Abstract

The article analyses the interests of the Brazilian and Argentine bourgeoisies in relation to Mercosur, seeking to identify the contours of regionalism and the role of imperialism. The article is divided in three periods: the 1990s, characterized by neoliberalism and open regionalism; the 2000s, with the “relaunch of the bloc” and multidimensional regionalism; and the years from 2011 to 2020 (especially after 2016 with the coup d’état in Brazil), which repositioned the project of open regionalism and passive subordination to imperialism.

Keywords: Mercosur; bourgeoisie; Brazil; Argentina.